

Ata da 68ª Reunião do

COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA

Dia 27 de novembro de 2018, às 9h30, na UMAPAZ

Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP

PAUTA

Expediente:

Leitura e aprovação da Ata da 67ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2018

- Informes gerais
- Informe sobre a elaboração do inventário de gases de efeito estufa da cidade e Plano de Ação Climática
- Deliberação sobre o calendário de reuniões de 2019
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação: “**Pátios de compostagem e Serviços Ambientais**”.de São Paulo”, por **Rafael Golin Galvão** – Engenheiro Agrônomo da **AMLURB**, Autoridade Municipal de limpeza Urbana de São Paulo, responsável pela coordenação de resíduos orgânicos.
- Perguntas e debate aberto
- Sugestão de inclusão em outras Pautas

(Degravação)

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Bom dia a todos presentes, sejam bem-vindos à nossa reunião do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, hoje, dia 27 de novembro de 2018. Ricardo, quer falar alguma coisa? Por favor.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Deixa eu dar as boas-vindas à nossa 67ª reunião do Comitê. Eu queria começar a reunião chamando a atenção de que... eu acho que ou deve ser por causa do Palmeiras ou deve ser por conta da greve. Estou vendo que está tudo muito frio. Nosso Comitê ele esquenta quando tem alguns temas. Dá para perceber muito bem muito claro isso, que quando a gente coloca aqui alguma palestra estratégica e tal e aí a gente consegue lotar a casa, os participantes e criar uma dinâmica e quando a gente não tem, a mesa, temas muito polêmicos, a gente dá uma esfriada. Inclusive nós conversamos na Secretaria tentando estabelecer a estratégia

do próprio Comitê, lembrando da importância do Comitê Municipal de Mudanças Climáticas, que é fruto de uma legislação, a criação foi feita por uma legislação própria e da importância desse Comitê e aí depende um pouco de que forma que a gente deve dinamizar esse Comitê. Fizemos já algumas reflexões. Eu particularmente gosto de ouvir, já ouvi críticas com relação ao nosso posicionamento como Comitê. Até fizemos uma reflexão outro dia, eu e a Laura. Falei assim: "Laura, o Comitê está servindo apenas como um espaço para trazer bons palestrantes, apresenta-se os temas e fica por isso mesmo. A gente sabe dos compromissos que a cidade de São Paulo tem com relação à questão do tema, das mudanças climáticas, ainda mais hoje. Eu acho que os Senhores sabem muito bem que o posicionamento político do Prefeito Bruno Covas tem sido muito incisivo e muito claro com relação às metas e aos compromissos com a questão das mudanças climáticas, das metas com relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com as metas de emissão, enfim. Inclusive acho que todos aqui têm conhecimento do posicionamento que o Prefeito teve em Buenos Aires na última reunião da U20, que é aquele grupo de cidades do G20, em que ele praticamente - acho que foi um dia depois da eleição do Bolsonaro, do Presidente Bolsonaro - em que ele reafirmou o compromisso da cidade de São Paulo, independente do posicionamento nacional, do compromisso do Município com relação às questões mudanças climáticas e, principalmente, no mesmo alinhamento do Acordo de Paris. Todo esse posicionamento nos remete à responsabilidade de que o Comitê tem um papel fundamental para acompanhar ou fazer a articulação com relação a este tema tão precioso para a gestão da cidade. A gente está fazendo aqui, eu estou fazendo aqui algumas ponderações e nós aqui até trouxemos, fizemos internamente uma discussão de que o Comitê de Mudanças Climáticas, que nós temos instalado, além desse papel de trazer temas, nós vamos precisar trabalhar. Trabalhar no sentido, produzir, ter produtos. Este Comitê precisa ter produtos, até porque tem participantes de todas as Secretarias. Nós temos alguns compromissos com relação, mais especificamente, com a questão do inventário de emissões da cidade de São Paulo. Alguns produtos, por exemplo, como já temos algumas demandas com relação ao Plano de Ação, do compromisso que São Paulo assumiu com relação à 2050, que nós, conjuntamente com o C40, firmamos um compromisso da cidade de São Paulo desenvolver esse Plano de Ação. Nós temos produtos a serem entregues pelo Comitê. Eu gostaria de fazer essa reflexão com os Senhores, até porque a gente como Secretaria do Verde nós somos, eu diria assim, os Secretários Executivos, mas a gente não consegue fazer tudo, até porque a gente depende de todos e aí eu queria aqui iniciar a nossa fala, a nossa reunião, fazendo essa reflexão, colocando - acho que nós estamos num momento bom, nós estamos terminando o ciclo de 2018 e aí já temos aí algumas tarefas para 2019 e, nesse sentido, é que eu gostaria de aproveitar esta reunião - é a última reunião do ano, para que a gente fizesse uma reflexão, fizesse uma avaliação desse trabalho do Comitê, até para dar o pontapé, ainda mais quando a gente vê que a gente tem um tempo definido estratégico, de profissionais, de todos nós envolvidos aqui para fazer uma discussão específica. Então, ele é precioso para nós, até para que a gente melhore o desempenho, consigamos ter mais resultados mais concretos dentro daquilo que a gente se propõe a fazer. Eu queria iniciar a fala do Comitê fazendo esta convocação não, mas é uma reflexão mesmo. Eu gostaria até de ouvir os nossos colaboradores das Secretarias, daqui da mesa, até se essa avaliação que a gente está fazendo ela é pertinente ou não. É sempre bom a gente, no começo do dia, pelo menos nesses próximos quinze minutos, fazer essa fala. Estou vendo que a Andréa e a Andréa ela é uma pessoa muito ativa no CADES, aqui. Eu até agradeço a sua colaboração sempre junto conosco nesses temas.

Andréa Franklin - Andréa, SIURB. Na verdade, eu vou dividir a angústia aqui com vocês, porque eu percebo a importância que tem esse Comitê e o nível dos participantes e o nível das informações que chegam até nós. Da minha parte, pelo menos, o que eu acho que é um pouco difícil - e eu acho que isso acontece também com os outros funcionários da Prefeitura - é a gente conseguir se dividir ou ter uma agenda que possibilite trabalhar os temas que estão aqui de uma forma um pouco mais produtiva. Da mesma forma que no CADES a gente vê muitos assuntos que chegam e eu saio animadíssima, chego na Secretaria, na SP Obras e falo "nossa, agora vamos articular com drenagem, com mobilidade" e uma agenda enorme de outras coisas da demanda do dia a dia, que vai te empurrando para algumas coisas não acontecerem. Aí vem a ponte que cai, vem o muro da USP, vem tanta coisa acontecendo, corredor que não entregou, que a população está cobrando. A gente fica entre se dividir nos temas que pode melhorar o nosso trabalho ou fazer o trabalho e é uma lição de casa nossa mesmo de estar se reorganizando. Acho que talvez se a gente mudar a dinâmica e tiver algum trabalho que não seja só no dia do Comitê, uma dinâmica do próprio Comitê

que nos provoque antes, que nos faça envolver com os temas para a gente poder ter mais visibilidade dentro da própria empresa que trabalha, eu acho que ajudaria. Eu de verdade não sei como a gente pode fazer isso, por isso que eu falei que é uma angústia. Como o Secretário provocou, eu vou pensar um pouco como é que a gente poderia contribuir também de uma outra maneira. A Laura em algum momento... a gente já começou a fazer algumas reuniões mais temáticas de alguns tópicos. Acaba que não avança, porque ano de eleição às vezes essas coisas param por "n" questões, mas eu acho que fica, sim, para o ano que vem a gente tentar fazer com que as palestras que vêm aqui, todo esse volume de dados que chega, a gente consiga transformar e agregar mais nos nossos trabalhos, cada um na sua pasta. Acho que isso é importante.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Alguém se habilita? Igor.

Igor (ICLEI) Bom dia a todos. Fico bem contente de escutar o Secretário e a Laura falando sobre essa questão de desenvolvimento do Comitê, que acho que é fundamental. O que a Andréa colocou também é muito pertinente: ter esse tempo é muito difícil, mas acho que talvez até a próxima reunião do Comitê a gente pensar em como trabalhar, desenvolver esses produtos, como criar um modelo em que não exija tanto tempo dedicado a desenvolvimento dessas atividades, mas também trazer outros atores que possam contribuir - acho que é fundamental. Como São Paulo se prepara para fazer a atualização do inventário e também do Plano de Ação, acho que essa etapa mesmo de preparação, de busca de informações, de identificação de instituições relevantes vai ser fundamental e acho que a partir desse envolvimento, outros produtos vão surgir. Acho que nesse sentido é fundamental ter essa preparação e em nome do ICLEI a gente se coloca à disposição. A gente já tem essa experiência com outras cidades e a gente pode dedicar esse tempo para articular com vocês um desenho, enfim, ter uma estratégia mais bem definida.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Obrigada, Igor.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Como é que você chama?

Mônica - Mônica. Representando a Magali, Secretaria Municipal de Saúde. Também estou no CADES. Mais para também divulgar um boletim que a gente, que a Roberta, do VIGIAR, que eu acho que está diretamente relacionada ao Comitê, também à questão climática. A gente está no segundo boletim. Inclusive nesse boletim a gente colocou as questões, os efeitos estufa, das emissões do gás, que a gente podia também. Eu acho que está diretamente relacionado também ao ambiente, meio ambiente, e que a gente também está assim disposta a trabalhar junto. É mais para manifestar que a Secretaria da Saúde está aqui. Obrigada.

Rafael – (Secretaria de Finanças) Sou Rafael, estou representando o Otávio hoje. Eu já pude vir em algumas reuniões anteriores, assistir umas palestras e realmente o nível do pessoal que faz a apresentação, que traz as informações, é muito bom e, como ela disse, normalmente o grande problema nas Secretarias é a concentração muitas vezes de outros Comitês que a gente participa. Eu mesmo participo de quatro, quatro Comitês: da Criança do Adolescente, aqui, entre outros. Fica um pouco difícil da gente se dividir, mas acho que se tiver um planejamento, sempre estamos dispostos a ajudar. Igual os outros Comitês que a gente faz: a gente tem um planejamento que a gente faz no ano de reuniões semanais ou mensais, dependendo da Comissão. A Secretaria de Finanças está sempre pronta a ajudar, se a gente tem um planejamento sobre a questão.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Obrigada. Olímpio.

Eng. Olímpio Alvarez (ANTP) - Foi muito oportuna essa reflexão que a Secretaria do Verde fez sobre essa questão. Na minha opinião, eu acho que o segredo de trazer maior interesse de todos, da sociedade, inclusive dos membros que participam do Comitê do Clima é transformar o Comitê do Clima num ambiente onde você possa fazer propostas concretas para complementar a Lei do Clima e para efetivar as ideias que estão previstas na Lei do Clima, de mitigação de emissões, de monitoramento etc. Eu acho que nesse sentido, os Grupos de Trabalho eles têm um papel fundamental e se você conseguir estimular os Grupos de Trabalho a realmente agir sistematicamente, de forma organizada, eu acho que a gente vai dar um grande salto. A gente até conseguiu isso no início do ano passado com a Lei dos Ônibus do Natalini. A gente passou por um momento de muita efervescência aqui dentro do Comitê, entusiasmo, de discussão de propostas. Aliás, a lei dele, 85% é texto do Comitê, foi produzido dentro do Comitê. Eu acho que esse é um

papel fundamental do Comitê, porque senão a gente vai ficar fazendo apresentação de palestras aqui e não vai transformar isso em ação pragmática para trazer benefícios para a sociedade.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Deixa eu só fazer algumas considerações importantes sobre as falas de todos, em relação a essa questão, quando nós fizemos essa reflexão, nós já temos produtos, sim, que já estamos trabalhando nesse sentido, no sentido do inventário, no sentido do Plano de Ação, mas às vezes fica apenas o ônus. O ônus não, mas é como se fosse, assim, apenas a responsabilidade da Secretaria do Verde, mas que às vezes a gente tem que ficar articulando isso muito com as outras Secretarias. Ontem mesmo nós tivemos uma reunião; a Secretaria do Verde com a Relações Internacionais, que aliás é a Secretaria que o Prefeito tem reforçado o papel institucional da visão da Prefeitura com relação ao compromisso das mudanças climáticas. Tem sido nosso canal, de utilizar isso em todos os momentos, em todas as oportunidades do compromisso da cidade de São Paulo com relação à questão das mudanças climáticas e isto ecoar para outras cidades e outros países, porque é de fundamental importância a gente ter esse posicionamento político e isso nos reforça perante a este grupo que tem esse posicionamento. É sempre importante a gente estar reforçando o posicionamento da cidade de São Paulo. E ontem mesmo nós tivemos uma reunião de trabalho em que será montado uma reunião com todos os Secretários da cidade para a gente reforçar a questão do Plano de Ação com relação à meta do Plano de Ação para a 2050. Com certeza, em algum momento os Senhores das Secretarias, que nós já temos o nome, nós vamos reforçar com os Secretários a importância que vocês terão na questão dessa construção do Plano de Ação, que será um dos produtos também do Comitê. Nós também estamos tendo um cuidado de reforçar o posicionamento da Secretaria e dos Senhores aqui no Comitê, até para não ficar aquela coisa que você vai-volta lá na Secretaria, que tem que ser o ponto focal do tema e às vezes fica meio até enfraquecido na questão do trabalho em si. A gente tem também tomado cuidado de construir esta relação com as Secretarias, com os Secretários, para que a gente tenha um posicionamento da Prefeitura como um todo e não apenas só da Secretaria do Verde. Esse é um cuidado que a gente também... nós estamos trabalhando nesse sentido. De qualquer forma, eu queria aproveitar este início para fazer essas observações. A Laura vai dar alguns informes e aí os informes estão no sentido desse produto. Aqui a gente já vai dar informes do que está sendo trabalhado, quais serão as ações que nós faremos dentro do produto, por exemplo, inventário. Eu queria aproveitar esse momento para reforçar esse posicionamento dos produtos que a gente precisa trabalhar dentro do Comitê.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Obrigada, Ricardo. Muito oportuno isso. Vamos dar início, depois dessa abordagem, que é política, com reflexos técnicos e com reflexo amplo sobre a gestão da cidade, que é muito interessante e relevante, vamos seguir a nossa pauta de hoje e aí o primeiro ponto de pauta são os informes gerais. Como disse o Ricardo, eu tenho alguns informes, mas antes pergunto aos Senhores quem tem informe a fazer. Ninguém tem informe, ninguém está lembrando agora, mas se lembrarem depois interrompam e vamos fazer. Sim, sim, eu trouxe não exatamente nesse modo, mas até pegando a pauta da reunião do PROCONVE. Antes de entrar no assunto que o Ricardo estava referindo, eu vou passar por outros assuntos igualmente relevantes para depois voltar nesse. O primeiro informe tem a ver com a aprovação da nova regulamentação do CONAMA para o processo produtivo de veículos no Brasil. Foi aprovada uma nova fase do PROCONVE e essa fase do PROCONVE ela tem um desenho similar ao desenho da nossa lei aqui em termos de prazo, ou seja, joga muito para frente a transformação dos processos produtivos veiculares, mas está pelo menos estatuída. Os Senhores devem ter visto muito a questão da aprovação da Rota 2030 pelos jornais e a Rota 2030 é a nova referência da política automotiva no Brasil. As atividades da Resolução do PROCONVE no Ministério do Meio Ambiente ficaram meio que dissociadas do estabelecimento da Rota 2030. Eu não sei o que vai acontecer. O Olímpio estava lá no dia que aprovaram a Resolução do CONAMA. De todo jeito, informo aos Senhores que está previsto para o dia 18 de dezembro próximo a reunião ordinária da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do PROCONVE, onde todas essas questões vão ser discutidas tanto do ponto de vista da regulamentação ambiental quanto... nós vamos ver o que vai acontecer. Eu não tenho outros informes para dar para os Senhores. A gente sabe que o Tribunal de Contas do Município já liberou o prosseguimento da licitação dos ônibus. A notícia é que no dia 4 de dezembro serão republicados os editais. Eu não sei exatamente como é que essas coisas todas vão ficar. Está tudo acontecendo agora e a gente precisa acompanhar para saber o que é que vai acontecer, mas do ponto de vista das questões de qualidade do ar, são esses os informes que me pareceram oportunos

e aí fazer até uma observação para a Mônica. Não sei se vocês viram a publicação de um estudo que correlaciona o mal de Alzheimer com a qualidade do ar, que a piora e a ocorrência do mal de Alzheimer está relacionada à questão de qualidade do ar. Não sei se alguém, por favor, Ricardo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Só uma complementação, até para trazer para o nosso dia a dia a questão dos transportes, que a gente está falando. Será instalado, só para a gente - acho que o Olímpio é a pessoa mais interessada nesse assunto. Gostaríamos de que você tivesse conhecimento disso. Dia 11 de dezembro nós faremos a instalação do Comitê Gestor da Frota de São Paulo, que está previsto na lei. A Secretaria do Verde, em que nós somos Secretários Executivos. A presidência está com a Secretaria do Transporte e outros entes representativos participarão deste Comitê de acompanhamento dos ônibus. A gente espera que nós tenhamos através do Comitê uma dinâmica muito interessante no acompanhamento da lei. Aliás, só para ilustrar, a própria Secretaria dos Transportes já está propondo de a gente criar algum mecanismo de estímulos às concessionárias, daquelas que estão fazendo práticas sustentáveis com relação à questão, enfim, qualquer prática sustentável para que a gente estimule isso e o próprio Comitê reconheça como práticas... É como se fosse o Município estimulando essas práticas sustentáveis das concessionárias, mas a gente tem uma ótima expectativa com relação ao Comitê, porque este Comitê, se a gente tiver muito esse link das mudanças climáticas, do nosso compromisso de mudanças climáticas neste Comitê, a gente utiliza mais essa instância junto com o setor produtivo para a gente fazer mudanças significativas ou compromisso significativo no sentido da execução da lei. É só para informar também.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Complementando o informe do Ricardo, para aqueles que não estão acompanhando muito bem o assunto, o Comitê Gestor da Frota - o nome é bem mais longo - , mas o Comitê Gestor da Frota ele contempla o setor de ônibus, o setor do transporte dos resíduos - toda a frota de lixo -, escolar, e ele é composto tanto de órgãos municipais, quer dizer, sai estritamente do controle da Mobilidade, do Transportes e também passa a incluir nessa gestão o Meio Ambiente, Relações Internacionais, Finanças e não lembro se Saúde, mas, enfim, outras Secretarias têm, vamos dizer assim, dão palpite na questão da gestão da frota. Ademais, claro, do setor empresarial, que trabalha com esse assunto, e da sociedade civil. Só para esclarecer. A nossa previsão, a reunião está prevista para 11 de dezembro a instalação do Comitê Gestor de Frota. Estamos trabalhando com essa. Obrigada.

Olímpio (ANTP) - Esse Comitê ele tem membros que são oficialmente indicados. Eles já estão indicados e eles já foram convocados para essa reunião?

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Não, não foi convocado, por isso que eu estou falando que é previsão de realização, porque tem que sair a Portaria do Prefeito com a designação das pessoas.

Olímpio (ANTP) - Eu estou comentando isso porque eu conversei justamente sobre isso com o Simão, da SPTrans, ontem num evento e ele estava falando sobre isso, que ele estava aguardando essa indicação dos membros e o início de operação do Comitê Gestor.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Aliás, isso a gente combinou de que como a Secretaria do Transporte tem mais o relacionamento institucional com o setor organizado, caberia a ele fazer essa articulação, mas a gente já está com uma previsão de instalar isso ainda em dezembro deste ano.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Continuando, alguém lembrou algum outro informe antes de eu continuar com os nossos? Não? Então vamos continuar. Outro informe. A Secretaria de Urbanismo e Licenciamento coordena o programa Ligue os Pontos e a Secretaria do Verde participa desse programa, que busca o fortalecimento da atividade agrícola na zona rural sul do Município como forma de preservação daquela região. E agora eles vão fazer o cadastramento das unidades de produção agropecuária lá na Zona Sul, objetivando conhecer com clareza quem são esses atores e procurando formular uma política mais efetiva para a atividade deles. Eu estou fazendo o informe a pedido também da equipe que faz esse trabalho e pedir aos Senhores que quem puder passe adiante a notícia, porque é importante esse processo de envolvimento em sentido amplo, porque o projeto Ligue os Pontos ele trata de construir ou reconstruir uma cadeia produtiva não só da produção local de alimentos, mas a cadeia produtiva toda para garantir maior efetividade na proteção ambiental e no retorno econômico da atividade agrícola que estava sendo substituída pelo

retorno imobiliário, o valor da terra. O projeto Ligue os Pontos pensa essa reconstrução de cadeia produtiva e é importante ter apoio de todo mundo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Deixa eu só fazer um reforço aqui. Lembrando que esse projeto é aquele que é financiado pela Bloomberg, em que faz o pagamento de serviços ambientais para os agricultores e a estratégia do fortalecimento deste projeto, dessa iniciativa do Ligue os Pontos, que aumente inclusive o cadastramento desses produtores, é porque a intenção do Município de São Paulo - e aí já é independente, é uma situação independente da questão da Fundação Bloomberg - é que nós estamos já projetando a prática de pagamento de serviços ambientais para os agricultores desta região. Essa semente, essa iniciativa inicial deste projeto será mais à frente uma estratégia de reforçar o pagamento de serviços ambientais que o Município quer e tem como objetivo a ser praticado na cidade. Nós já temos alguns entendimentos com o Estado. Não sei se os Senhores sabem, mas a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo já faz essa prática de pagamento por serviços ambientais em outros Municípios do próprio Estado e por incrível que pareça a cidade de São Paulo não recebe um tostão desse projeto de pagamento de serviços ambientais na cidade de São Paulo. É só para reforçar essa estratégia do projeto para dar consistência e dar sequência, com certeza, com recursos do pagamento de serviços ambientais.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Continuando, e agora voltando no tema que o Ricardo abordou logo no começo da reunião. Aliás, antes de fazer isso eu gostaria de ler para os Senhores o que o Prefeito falou, para ficar registrado na nossa reunião. A eleição no Brasil foi no dia 28 de outubro e no dia 30 de outubro o Prefeito publicou no Instagram dele, tendo por fundo a imagem do U20, que é esse movimento das maiores cidades do G20. Além do Prefeito de São Paulo, estavam no mesmo local o Prefeito de Berlim, a Prefeita de Paris, o Prefeito de Roma, o Prefeito de Nova York, o Prefeito de Tóquio. Não era pouca porcaria, era peso pesado em termos de governança de milhões e milhões e milhões de pessoas em cidades que são decisivas para seus próprios países. E, aí, o Prefeito Bruno Covas falou o seguinte: "Nesses momentos em que a participação brasileira no Acordo de Paris é incerta, São Paulo reafirma seu compromisso com as ações para a redução de gases de efeito estufa. Por isso hoje estou em Buenos Aires participando da primeira reunião do U20, que reúne as principais cidades do G20". Então, é um compromisso político que é muito expressivo e que a gente tem a expectativa de atender com o nosso trabalho não só na Secretaria, mas com todo mundo - e aí, Igor, muito obrigada e vamos buscar vocês, com certeza, porque isso é uma coisa muito importante - e aproveitar essa oportunidade de aproveitar essa disposição da gente conseguir avançar e, claro, melhorar a vida de São Paulo, antecipando, inclusive, processos decisórios que possam minimizar no futuro problemas para nós, para a cidade. Foi uma coisa muito, muito legal. Nós já tínhamos - e os Senhores têm acompanhado conosco - comentado do trabalho de início do inventário. Na última reunião, nós avisamos que faríamos o treinamento com funcionários da Secretaria do Verde e isso foi feito. Alguns deles estão aqui hoje presentes. Obrigado a vocês que vieram. E essas pessoas já estão começando o processo de elaboração do inventário, que vai ser na metodologia GPC e depois, claro, à medida que as pessoas forem se capacitando, a gente vai conseguir também fazer, por exemplo, na metodologia do IPCC, se for o caso, e, mais que tudo - eu até acho que é o caso -, mas mais que tudo, vamos começar a criar dentro da Secretaria do Verde uma capacidade técnica que vai poder apreciar soluções e recomendar aos governos aquilo que tecnicamente possa parecer melhor para a cidade. Esse trabalho, então, já começou. O segundo - em paralelo e um pouco descolado desse processo - está sendo a elaboração do Plano de Ação Climática. O C40 ele tem, vamos dizer assim, uma estrutura padrão que ele recomenda para as cidades poderem desenvolver os seus Planos de Ação. Nós vamos fazer o seguinte: a gente vai devolver esse Plano de Ação e o próprio C40 recomenda, é claro, vamos discutir, aproveitar essa recomendação padrão do C40 e ver aquilo que São Paulo quer fazer. O Ricardo já apresentou aos Senhores algumas das informações para a gente iniciar - estão acontecendo esses dias - ele referiu a reunião ontem - para a gente começar a fazer esse Plano de Ação Climática. Nós tivemos aqui no Comitê, por exemplo, a presença do representante do INPE, que mostrou aquela plataforma para a elaboração de cenários de emissão. Não só os cenários de emissão - mentira - variação da precipitação e da pluviosidade. Nós vamos, portanto, por exemplo, num planejamento de ação climática imaginar, adotar referências de pluviosidade e temperatura e imaginar como é que cada política setorial vai ser, por isso é que é muito importante a presença de todos os colegas aqui, particularmente os do Governo municipal, por quê? Porque a gente vai ter que imaginar no futuro como vai estar a temperatura e pluviosidade no mínimo e

imaginar como nossa política setorial vai ter que trabalhar com isso. Das experiências de várias cidades, o C40 já tem várias reflexões e vai nos ajudar com essa elaboração e aí esse papel dos Senhores vai ser muito, muito importante. Não apenas, é claro, o Governo municipal. Muitas outras instituições serão demandadas, tanto instituições do Estado, tipo uma Eletropaulo, que vai da informação sobre o consumo de eletricidade, mas outras instituições. Nós temos presentes aqui no Comitê. Hoje não estão presentes, mas vão ter contribuições, como a FIESP ou a ANFAVEA. Eles poderão, claro, ter as suas recomendações para a elaboração deste Plano de Ação. Os Senhores se lembram - logo no começo do ano passado eu mesma fiz a apresentação desse volume, que é de 2011, que são as diretrizes para o Plano de Ação da cidade de São Paulo, que foi o resultado de um trabalho coletivo naquela época, e que naquele momento, que o ano passado a gente apresentou isso aqui, era para retomada e revisão deste trabalho. É essa elaboração do Plano de Ação que ela está sendo começada para a gente se organizar dentro da Secretaria do Verde com a orientação da Secretaria de Relações Internacionais, mas daqui a pouco a gente vai começar a envolver, no trabalho mesmo, todo mundo, porque tudo isso que está aqui tem que ser revisto, e outras coisas eventualmente propostas. O próprio C40, por exemplo, ele mandou para a gente - olha o tamanho do volume que eles propõem como ponto de partida para o Plano de Ação de São Paulo. Parte disso a gente concorda, parte não concorda, enfim, é um trabalho de ir e vir e que a gente vai aperfeiçoando e tomando as decisões quando elas sejam necessárias. Só para então para dar ciência aos Senhores que isso está andando, tanto a elaboração do inventário quanto a preparação para o planejamento da Ação Climática e, como a gente está se aproximando das festas, período de férias e tudo mais, é importante que os Senhores tenham claro esse processo porque ele vai continuar andando agora nesse período e o envolvimento das Secretarias, vamos dizer, deixem avisado se vocês forem sair porque nós vamos precisar de ter interlocução mesmo nesse período de festas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Nós temos uma tarefa, que é construir um Plano de Ação para 2050, conforme o compromisso que o Prefeito assinou, uma Carta-compromisso estabelecendo que São Paulo vai fazer esse Plano de Ação. O C40 está nos dando apoio técnico, inclusive está nos dando suporte de consultor internacional para acompanhar o desenvolvimento e a construção desse Plano de Ação. Esse Plano de Ação estará executivamente com a Secretaria, mas nós teremos pontos focais em cada Secretaria, que é essa conversa que nós teremos com os Secretários para deliberarmos que cada Secretaria tenhamos um ponto focal para fazer essa interlocução na construção desse Plano de Ação. Construção do Plano de Ação significa também que vai fornecer dados e informações importantes para esta construção. Essa tarefa é trabalho mesmo, é trabalho, é produto que nós vamos ter que tirar deste Grupo de Trabalho e com certeza a gente imagina que os integrantes do Comitê, que são os representantes das Secretarias - e com certeza alguns outros entes - serão chamados para nos ajudar a fazer essa construção sob essa orientação do método que o C40 coloca, para que a gente tenha o ano que vem o Plano de Ação da cidade de São Paulo para os compromissos de 2050. Isso aí acho que é um produto que vai nortear muito, aliás lembrando que este documento que foi feito em 2011 - acho que os Senhores têm, deem uma olhada nesse documento - o que São Paulo já fez em relação a esse Plano de Ação. Às vezes a gente esquece. Por exemplo, a questão do transporte, toda a questão do projeto com relação à questão dos resíduos, o que São Paulo está fazendo, tudo isso está aqui no Plano de Ação que nós nos comprometemos lá atrás. Aliás, a gente aqui inclusive terá o trabalho de fazer uma adaptação de como é que nós estamos hoje em relação a esse Plano de Ação, porque a gente às vezes escreve, a gente está executando e a gente esquece aonde é que a gente... a gente perde um pouco a nossa linha. Tanto é o próprio Plano de Metas da cidade de São Paulo está muito ligado à questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a gente esquece disso, que nós estamos colocando orçamento, PPA, todas as estruturas do Poder Público voltados a isso e às vezes a gente acha que não está acontecendo ou não tem um sentido. É importante, eu acho que esta é uma tarefa que o Comitê precisa estar a todo momento resgatando e colocando e demonstrando qual o caminho que nós estamos indo e quais os caminhos que a gente precisa ir. Acho que é isso é fundamental para que tenhamos êxito nessa ação do próprio Comitê.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Alguém lembrou aqui de alguma coisa? Igor, por favor.

Igor (ICLEI) - Laura, lembrei quando você falou que posteriormente, depois de ter feito o inventário na metodologia do GPC, vai fazer uma interface com o IPCC. Na última quarta-feira, o Observatório do Clima lançou a última versão do SEEG e tem a desagregação por cidades, fizeram uma

estimativa. Se não me engano, na próxima semana vai as notas metodológicas com as informações. Acho que se vocês consultarem, que já dá para ter uma boa fonte de referências que possa ajudar também nessa interface com a metodologia.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A cidade de São Paulo está com, pelo menos no Observatório, vinte milhões de toneladas, se não me engano, de CO₂. Por habitante quase um milhão e pouco, uma tonelada e pouco.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Igor, eu ia fazer esse informe também, então vou pedir para você já falar para todo mundo como foi etc. etc.

Igor - O ICLEI faz a parte de resíduos do SEEG. O SEEG é um projeto que ele faz estimativas de emissões de gases de efeito estufa com base no inventário nacional. Essa já é a sexta versão do projeto, e a cada ano nós refinamos as metodologias de estimativas, então não são emissões, alocações concretas e consistentes, mas é um sistema de estimativa muito harmonizado, muito bem definido. Recentemente, em maio deste ano ele foi reconhecido pela revista *Nature Scientific Data* como a melhor metodologia de estimativas por conta desse processo contínuo. Como que ele funciona? São quatro instituições que fazem parte do SEEG. Ele é coordenado pelo Observatório do Clima na pessoa do Tasso Azevedo e do Carlos Ritl e o IEMA, o Instituto de Energia e Meio Ambiente, faz as estimativas para o setor de energia. O IEMA, o Instituto de Energia e Meio Ambiente, processos industriais e energia. O IMAZON e o IPAM para mudanças do solo e florestas, o IMAFLORA para agropecuária, e o ICLEI a parte de resíduos e efluentes líquidos. Este ano, diferentemente dos outros anos, que nós já fazíamos a desagregação por Estado, conforme o inventário nacional define, nós criamos um outro suplemento, que é a parte de cidades. Nós pegamos os seiscentos Municípios de São Paulo e fizemos uma estimativa. Essa estimativa ela não vai estar correta. Acho que quando tiver o inventário feito com dados das atividades, nós podemos fazer a correção, que é essa a proposta do SEEG: uma plataforma aberta na internet que qualquer pessoa que tiver uma estimativa melhor, reconhecida academicamente ou mesmo tecnicamente, a proposta é que tenha essa interface com a sociedade civil, que a gente vá incorporando essas informações. O esforço que nós fizemos para fazer essa estimativa por cidades é justamente quando a cidade tiver o inventário, a gente corrigir e depois fazer as realocações desagregadas. O que eu acho que o SEEG tem de diferente é que é o único projeto que estabelece uma série histórica de 2016 até 1970. Não são inventários, mas são estimativas com uma série histórica muito larga, que nenhum outro país tem. Agora tem o SEEG Colômbia, o SEEG Índia, mas a série histórica não vai tão longe, E mesmo para a cidade de São Paulo, nós fizemos essa desagregação até 1970; então, a gente pode ver o comportamento das emissões, de acordo com as variações políticas e também com os dados históricos, mas, é claro, a gente tendo um documento, um esforço mais específico da cidade, a gente consegue melhorar cada vez mais as qualidades e mudar o valor de parâmetros para a gente corrigir e fazer isso de acordo. É uma base de dados bem interessante para a gente tomar como ponto de partida para ver a evolução das emissões da cidade.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Isso é muito legal e, por exemplo, nós estamos fazendo agora o inventário e vai ser feita a conta do setor agrícola ele mesmo e depois a gente vai fazer pelo MAPBIOMAS para ver se bate, porque se bater, a gente, em tese, não precisará mais fazer o esforço, a não ser de quando em quando de fazer o inventário. Pode usar a ferramenta. Ela vai estar validada para a nossa realidade, por exemplo, ou não. De repente a gente vai achar que não, tem que fazer, mesmo porque o Município de São Paulo, por exemplo, com o trabalho que está sendo feito do mapeamento da vegetação, a resolução é de sessenta centímetros no mapeamento, que não é comparável com os trinta metros do MAPBIOMAS. A gente já trouxe aqui no Comitê ferramentas e agora a gente vai ter que usar essas ferramentas objetivamente no trabalho do inventário e depois também no trabalho do Plano de Ação Climática.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Deixa eu fazer uma... para o Igor. O desafio às vezes - e eu me coloco até como... - é uma obrigação do Poder Público apontar como nós estamos indo. As informações do Observatório foram muito claras e às vezes, aliás, eu tenho certeza que muita gente não sei se sabia disso aqui, essas pessoas que estão aqui, se acompanharam o que aconteceu das informações do Observatório do Clima.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Posso interromper? Para quem não acompanhou essa reunião de dia inteiro que aconteceu, estava lá, por exemplo, o Paulo Artaxo, a Marina Silva, o Eduardo Jorge, Carlos Rittl, só tinha ícones.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Mas aí acontece o seguinte: fica tudo fechado e ninguém, que é o que importa, as pessoas saberem o que está acontecendo, pouca gente tem acesso a isso. O grande desafio é traduzir isso. Eu estou falando isso porque, por exemplo, a Globo está fazendo uma campanha do Verdejando esta semana, falando sobre o verde. Ele transforma informações em imagem para o povo, para as pessoas começarem e às vezes essas informações elas não se traduzem de fato para a população. Eu acho que isso seria um dos papéis que a gente deveria e, aliás, eu acho que a Prefeitura de São Paulo tem essa dinâmica, aproveitando até esse posicionamento político que o Prefeito tem, porque quando o Prefeito fala que está fazendo, que está fazendo um esforço para isso, é demonstrando politicamente para os munícipes de São Paulo que ele está dando segurança nesse sentido, porque quando a gente vê alguém falando sobre o Acordo de Paris, que o aquecimento global, que os desastres naturais, que não sei o quê, cria uma instabilidade e as pessoas ficam... tem gente apavorada. Nossa obrigação é mostrar qual o caminho que nós estamos indo e acho que nesse sentido, no caso de São Paulo, a gente deve depurar todas essas informações e tentar deixar um pouco mais claro, tranquilizar, por exemplo. Quando eu olhei o relatório, eu falei: "nossa, a cidade de Alumínio produz catorze toneladas por habitante". É isso? O Brasil está com sete toneladas e nós estamos aqui com 1,5 tonelada por habitante. Não está tão ruim. Nós estamos bem na fita, a cidade de São Paulo. Nós estamos atacando na questão das emissões de energia na questão dos ônibus, na questão dos resíduos. Estamos apontando que as políticas que a cidade tem priorizado vão ter efeitos, vão contribuir muito mais para uma qualidade, dando segurança para as pessoas com relação a esse tema. Traduzir tudo isso, eu acho que às vezes seria um dos papéis que a gente deveria, como Poder Público. Eu estou falando como Secretário. Eu peguei a informação, chamei a Laura, falei "escuta, o Observatório falou isso, tal, e aí como é que a gente vai, precisa colocar isso na boca das pessoas para as pessoas entenderem o que é". Eu acho que fica aqui uma tarefa do próprio Comitê, da gente traduzir isso, trazer essas informações claras, chegar "Prefeito, está aqui, olha. Estamos com a cidade São Paulo só com isso aqui. As políticas que você está fazendo"... porque ele vai inaugurar, toda semana, pelo menos uns quatro ou cinco pátios de compostagem o Prefeito tem ido inaugurar, porque ele sabe da importância do pátio de compostagem. Eu acho que a gente precisa mostrar tudo isso para dar um pouco mais de segurança e demonstrar o trabalho que a gente vem fazendo.

Igor (ICLEI) - Foi o Sirkis, se não me engano, mostrou isso. O grande desafio agora é a gente conseguir traduzir esses dados científicos para a população se sensibilizar, que eu acho que é algo que as organizações não têm feito. Uma outra tem um papel mais WWF, Greenpeace, que consegue chegar na população, mas os institutos de estudos, os *think tanks* não conseguem ainda. Conversam técnicos, políticos, políticos, e eu acho que é esse o papel do Comitê também, que a gente pode trabalhar numa comunicação do Plano, do inventário mesmo, para realmente levar para a população, que acho que só assim vai ter uma incidência real.

Luiz Ricardo Viegas - Para desmistificar essa coisa mesmo. Ontem mesmo o próprio Secretário... acho que o desafio hoje é falar que a questão ambiental não é uma coisa de esquerda e nem de direita, que, aliás, ficou com essa mancha e espero que a gente consiga convencer agora quem está no poder que não é isso. Sei lá, vamos ver. (*vozes ao fundo*). Poder maior eu não sei, mas espero que a gente consiga.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Vamos em frente. Alguém lembrou algum informe adicional? Não? Vamos continuar na nossa pauta, que é a deliberação sobre o calendário de reuniões do ano que vem. Nós mantivemos o padrão de realizarmos as reuniões sempre nas últimas terças feiras de cada mês, exceto quando tem feriado, essas coisas, a gente ajustou. Foi previamente encaminhado aos senhores membros o calendário proposto. Alguém tem alguma coisa a falar? Não? Considero aprovado o calendário de reuniões do ano que vem. Sugestões para inclusão nessa pauta de hoje? Não? Vamos passar para a nossa ordem do dia, que é a apresentação exatamente sobre os pátios de compostagem e serviços ambientais de São Paulo, que vai ser feita pelo Rafael Golin Galvão, que é engenheiro agrônomo da AMLURB, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana de São Paulo, responsável pela coordenação de resíduos orgânicos. O Rafael já esteve aqui numa reunião nossa, falou super bem e hoje ele vai trazer não só mais

informação sobre os pátios, mas também sobre o processo de ampliação, que eu nem sei, Rafael, acho que é único no mundo. Você já tem notícia de ter algum outro?

Rafael Golin- Sim, em área urbana, dentro de área urbanizada, não tem um caso nessa proporção, nessa dimensão que a gente está desenvolvendo aqui na cidade.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - É muito legal essa experiência e é importante que a gente aprenda também com eles. Passo a palavra para você, Rafael, e depois a gente vai debater.

Rafael Golin - Eu queria mais uma vez agradecer a Secretaria do Verde pelo convite. Secretário, a Laura. Falando aqui em nome de AMLURB. Hoje eu estou representando a AMLURB para falar para vocês um pouco sobre os pátios de compostagem e serviços ambientais, mas como foi abordada aqui no início da conversa, hoje nas pautas, eu queria fazer algumas considerações. A primeira é que teve o terceiro pátio, que foi inaugurado na Mooca na última sexta-feira. É mais um passo dado nesse projeto da cidade de até o final de 2020 conseguir trabalhar com o resíduo das oitocentas e oitenta e três feiras livres da cidade e dar um encaminhamento adequado a esse material que antes era destinado ao aterro sanitário. Vou frisar também: a questão ambiental, além de falar assim, algo de direita ou esquerda, ela tem que ser vista como um negócio. Eu estive na Waste Brasil, na feira de resíduos, e pela primeira vez teve uma pauta dentro de um conjunto de palestras que é realizado, que a questão do resíduo orgânico foi abordado e mesmo você não vendo dentro da feira a preocupação hoje das empresas que gerem o resíduo no Brasil abordarem o resíduo orgânico, que é o principal componente da fração de RSU, você tem um primeiro passo lá dentro, que é uma pauta onde foram abordados a questão da compostagem e técnicas de se trabalhar o resíduo orgânico que não seja a disposição em aterros sanitários. Eu queria falar também sobre Ligando os Pontos. Ele casa muito com a questão do projeto dos pátios de compostagem porque o projeto também aborda a questão da ciclagem dos nutrientes e de fechar a cadeia, na verdade, o círculo onde o material que antes era descartado ele possa ser reaproveitado entre os agricultores do entorno da cidade, porque além da fixação do produtor agrícola no entorno, você tem uma questão que é relevante na questão de emissão de gases, que é a distância em que o alimento sai e chega a centrais de abastecimento no caso da cidade de São Paulo. Quanto mais distante você tem esse alimento, também você tem maior fluxo de caminhões, maior trânsito necessário para que esse alimento chegue à cidade de São Paulo. Você manter esses produtores próximos à cidade também é um fator muito importante e deve ser analisado e entra na questão da economia circular também. A questão do C40 também, a AMLURB vai estar agora no Quênia agora em dezembro, também falando sobre a questão de economia sustentável e a participação dela, como é feita as ações junto aos catadores e a cooperativas de recicláveis. Mais alguma coisa que eu lembrei aqui que falou foi... quanto à publicidade dos dados que a gente está desenvolvendo também, que esse projeto-piloto ele começou em 2015. Agora que nós finalizamos a parte do piloto e ele chega numa fase de expansão. A AMLURB também vai estar aguardando publicidade aos dados, porque ela tem como ideia que esse projeto possa ser absorvido por outras cidades também. Só essa semana aqui, nós recebemos coisa de oito Prefeituras na última semana, que vêm conhecer o projeto e desejam implantar o projeto não só na cidade de São Paulo. A Prefeitura de Santos está desenvolvendo um projeto parecido. As cidades da Baixada Santista têm vindo até a cidade São Paulo. Eu estive com o Prefeito de Alagoas essa semana, que vieram cinco Prefeitos conhecer o projeto, porque eles têm vontade de levar esse trabalho realizado aqui na cidade de São Paulo para outras cidades do Brasil. Não é algo que pretende ficar aqui na cidade de São Paulo apenas. A gente quer que isso seja replicado e seja adotado por outras cidades do Brasil. Mas, voltando ao assunto agora, a questão dos pátios de compostagem e serviços ambientais. Pátios de compostagem primeiramente na cidade de São Paulo, só para entender um pouco de história. A questão do resíduo ela sempre foi tratada, desde o início do século passado, como uma questão também financeira. O Prefeito Fábio Prado, em 36, já falava que a venda de lixo continua a ser motivo de renda crescente e poderia ser aproveitado os detritos, tratos, latas velhas, ossos e até cacos de vidro. Ele aborda a questão da venda do resíduo orgânico para os chacareiros do entorno da cidade de São Paulo. Desde 36, lá atrás, já havia esse pensamento que o resíduo não era para ser depositado num aterro ou num lixão na época, mas sim que ele poderia ser reaproveitado. Então não é algo novo. Nós não estamos inventando a roda, nós estamos resgatando algo que em algum momento da história da cidade foi perdido. Por que foi perdido? Porque a cidade ela sempre teve um pioneirismo dentro do cenário nacional na questão tratamento do orgânico. Aqui eu tenho desde do primeiro contrato de coleta de resíduos em 1870. Aí eu vou abordar para vocês aqui, para ser

um pouco mais rápido. Na década de 20, nós trouxemos para o Brasil uma tecnologia italiana que se chamava Estações Zimotérmicas, baseadas no método Beccari, que era de um engenheiro italiano. Ela foi instalada na década de 20 em quatro pontos da cidade e ela tratava o resíduo orgânico na época, que era de entorno de 80% do que era coletado - orgânico - na cidade de São Paulo e essas estações, que eram quatro, funcionaram até a década de 50, quando foram substituídas e entregues, pelo menos na década de 70, as usinas de compostagem da Vila Leopoldina e de São Mateus. O que que nós temos em comum nesses dois casos e que nós enxergamos hoje como uma lição aprendida a ser levada para novos projetos de compostagem: é a questão do odor que sempre marcou o processo dentro da cidade e que gerou uma desconfiança da população quanto à adoção dessas práticas dentro da área urbana. Somente depois de 2004, quando teve o fechamento da usina da Leopoldina em 2015, que você voltou a ter um projeto de compostagem numa escala menor, mas trazendo para dentro da área urbana a questão do tratamento de resíduo orgânico. Aqui você tem a cidade de São Paulo. Então, hoje você tem a sétima população do mundo, décimo maior PIB mundial e ela é dividida em trinta e duas Subprefeituras e noventa e seis distritos. Aqui eu estou mostrando para vocês o seguinte: quando nós começamos a tratar resíduos na cidade de São Paulo - eu vou voltar para 1924, onde foram instaladas essas estações de tratamento do resíduo, sempre no perímetro da cidade. Você tinha, naquela época, a concentração urbana e nos perímetros você instalava as unidades de tratamento de resíduo orgânico; então, sempre fora da área onde a população estava concentrada. Aqui você tem também a instalação das duas usinas de compostagem. A primeira imagem tem a Vila Leopoldina e a imagem de baixo, a usina de São Mateus. Também eram em áreas que você não tinha concentração de população. Dessa forma, você instalava a unidade e trabalhava com resíduo também de forma indiferenciada e você não tinha essa questão do problema do odor, até que a cidade cresceu. Até que a cidade de São Paulo chegou no patamar que ele está hoje e você não tem mais na cidade, dentro dos limites da cidade, essas áreas com baixa densidade de população, a não ser no extremo sul da cidade e na região da Cantareira. Para você instalar projetos de compostagem, de tratamento de resíduo orgânico, fica muito difícil para ser implantada dentro da área urbana e entra naquela questão do "*not in my backyard*", por quê? Porque ninguém quer trabalhar com resíduo, que tenha uma área de tratamento de resíduo perto de casa, nas proximidades da sua casa. Como é que a Prefeitura ela veio a trabalhar para você voltar a tratar esse resíduo? A primeira coisa a fazer era começar a trabalhar com aquele resíduo que você tem o controle e que é mais fácil de você conseguir fazer a segregação, por quê? Porque para fazer compostagem de resíduo indiferenciado, você coletar o resíduo da sua casa, o lixo da sua casa que vem com metal, que vem com plástico, que vem com vidro, a qualidade do material produzido é muito ruim. A ideia nossa foi trabalhar com o resíduo que era mais fácil de nós conseguirmos segregar. Dessa forma, dentro desse montante que a cidade gera por dia, de dezoito mil toneladas, nós escolhemos trabalhar com resíduo de feira e resíduo de poda, porque o resíduo de poda ele já é segregado, porque você quando faz a poda você não mistura com mais nada, e o resíduo de feira, como é a Prefeitura que tem a obrigação da coleta, ela mudou a forma de coleta, ela passou a mudar a forma de coleta para que esse material conseguisse ser separado numa fração onde nós retiraríamos o que a gente chama de FLV, que é fruta, legume e verdura, para poder executar a compostagem. Feira e poda representa aproximadamente 2% apenas do que o Município gera, mas é uma forma de você poder reinserir o processo dentro da cidade para que a gente possa ampliar depois com os outros resíduos que tenham maior impacto dentro da geração na cidade de São Paulo. Vamos falar um pouco sobre compostagem. O que é a compostagem? Compostagem, hoje, nós ouvimos falar muito de diversos processos que são introduzidos na cidade e que se vendem as empresas como processo de compostagem, por exemplo, a secagem. O processo de secagem de resíduos ele não pode ser considerado compostagem, porque não tem atividade biológica no processo. Isso quem determina é a Resolução CONAMA de 2017. Ela é bem recente, ela tem um ano e dois meses, ela foi promulgada em 3 de outubro do ano passado e ela diz que o material ele tem que ser por atividade biológica, tem que ter essa degradação e em condições termofílicas, de termofilia. O que que é essa condição termofílica? São temperaturas acima de quarenta e cinco graus, o que o nosso projeto, o projeto que a Prefeitura de São Paulo faz, atende. Por quê? Se vocês observarem essa leira, esse gráfico que eu estou mostrando para vocês, é o comportamento de uma leira que foi trabalhado de setembro de 2017 até abril de 2018. Nós fazíamos testes lá no projeto da Lapa para saber quanto tempo poderia trabalhar com a alimentação da leira, como é que ela ia se comportar e como é que nós poderíamos trabalhar no processo de forma que nós

conseguiríamos manter o processo ativo de termofilia. Esse gráfico, por exemplo, dificilmente vai encontrar num livro material sobre isso. Por quê? O que você vai observar nos livros, na literatura, você tem aquele gráfico onde a temperatura sobe e depois ela cai de forma contínua por conta de uma alimentação única no processo de compostagem. Aqui não, as alimentações elas são feitas semanalmente. Então, você tem essa temperatura elevada, acima de quarenta e cinco graus, por um longo período de tempo. E o que que isso provoca na pilha de compostagem? Isso faz com que haja uma sanitização. Elementos como Salmonella, como ovos de helmintos e outras bactérias e fungos nocivos ao ser humano, eles são eliminados ou eles são reduzidos a níveis aceitáveis, de acordo com a legislação vigente. Como eu mostrei para vocês anteriormente e falei no início da apresentação, agora a cidade de São Paulo conta com três pátios de compostagem em operação: o pátio da Lapa, que fica ali próximo à Polícia Federal, na Marginal; o pátio da Sé, que é praticamente ao lado do Mercado, e o pátio da Mooca, que fica entre as estações Penha e Carrão do Metrô. Todos os três estão inseridos dentro da área urbana, próximo a residências, próximo a indústrias, próximo a comércio e um fato interessante é que todo esse período que o pátio da Lapa, que é o mais antigo, opera, nós nunca tivemos uma queixa com relação à emissão de odores ou assepsia do local. Isso é um fato marcante, que difere o projeto que está sendo implementado hoje na cidade, com os projetos anteriores, onde hoje a gente tem uma preocupação muito grande em que a questão do odor não seja percebida pelos moradores do entorno e por quem frequenta a região onde o processo ocorre. Aqui eu tenho um resumo para vocês bem simplificado como é que é o funcionamento de um pátio de compostagem. Ele trabalha com a poda picada das árvores, ele trabalha com resíduo de feira segregado pelos feirantes, separados pelos feirantes, que a gente utiliza frutas, legumes e verduras e algumas cascas, como casca de mandioca também ele entra no processo e a palha que nós utilizamos é aquela palha que é utilizada no transporte de melões, de melancias, ela também é utilizada no processo, assim como pode ser utilizado também o material referente ao corte do mato, o corte da grama também pode ser utilizado no processo. Esse material é recebido e ele é alocado em pilhas ou leiras de compostagem na forma de uma lasanha. Você coloca o material que chega da feira, você acrescenta posteriormente o material da poda picada numa proporção de dois terços do resíduo de feira para um terço do resíduo de poda. Depois esse material é coberto com a palha que nós coletamos ou do transporte de frutas nos caminhões das feiras ou referente ao corte do mato que é realizado na Subprefeitura. Esse material que é transformado ele é distribuído para a população de entorno, quem tem interesse: ONGs ou organizações. É utilizado também hoje pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo nos projetos de hortas comunitárias e nas agriculturas de entorno da cidade. Também já estamos com uma demanda; nós estamos entregando para eles três toneladas por mês para começarem a fomentar um fluxo do composto que é produzido para ir direto para a produção agrícola também. Com o aumento dos pátios, vai aumentar esse fluxo de material também que é encaminhado. Ali tem também hortas comunitárias e em projetos da cidade e em plantio de árvores, em diversos outros projetos que a gente vem implementando ou que é solicitado pela Prefeitura, pelos órgãos da Prefeitura. Aqui vocês podem ver como é que é um processo de alimentação. Hoje, a alimentação das leiras ela é feita de forma mecanizada. Inicialmente era manual, hoje nós trabalhamos com *bobcat* para alimentar. Eu quero que vocês observem aqui também um ponto que nós entendemos hoje que é crítico no processo e pode ser melhorado. Nós desperdiçamos muito alimento em boas condições. Às vezes, nós chegamos a receber lá sacos de batata, verduras em ótimo estado, que poderiam ser utilizados na alimentação humana, mas por conta da forma como ele é descartado inclusive pelo feirante - ele entra em contato com o solo, ele descarta no chão - então, esse alimento não pode ser reaproveitado. Mais para a frente eu vou explicar para vocês uma nova etapa do processo que a gente está adotando agora para procurar também reaproveitar esse alimento através dos Bancos de Alimentos. Aqui, então, um resumo dos pátios de compostagem. Hoje eles são três. Nós temos um na região oeste, um na região central e o primeiro agora inaugurado na Zona Leste. São cento e duas feiras atendidas - aproximadamente 12% das feiras da cidade, que conta com oitocentos e oitenta e três feiras, mais o projeto do mercado Kinjo Yamato, que eu falo mais à frente para vocês, que é aquele Mercado Municipal que tem ao lado do Mercado. Uma capacidade de operação de área de trinta toneladas por dia e nós temos mais dois pátios de compostagem ainda que estão em fase final agora. Nós pretendemos inaugurá-los ainda em 2018, que é o pátio de São Mateus e o pátio de Ermelino Matarazzo, para que nós possamos fechar o ano com cinco pátios em operação e compostando cinquenta toneladas por dia de resíduos de feiras livres. Dentro do plano de governo, a meta é que até 2020 nós fechemos o ciclo

das oitocentas e oitenta e três feiras e possamos compostar aproximadamente, só de feiras livres, são aproximadamente quinhentos e cinquenta toneladas/dia de resíduo orgânico que seriam desviados dos aterros sanitários. Dentro do processo de compostagem, além da questão de você não deixar esse material ir para o aterro, o que que o serviço de compostagem traz de bom para as cidades? Seguro Constanza, os serviços ecossistêmicos como a reciclagem de resíduos representa os benefícios que a população humana obtém direta ou indiretamente das funções ecossistêmicas e, dentro desses serviços que a gente classifica, tem o serviço de suporte, que é a manutenção do ciclo de vida, a ciclagem de nutrientes, serviço de regulação, que é qualidade do ar, regulação do clima, incluindo sequestro de carbono, a questão da fertilidade do solo e o controle da geração de resíduos, de como esse resíduo é descartado, além de valores educacionais e culturais. O processo de compostagem ele desvia esse resíduo do aterro, que ele passa a ser transportado, ele faz esse ciclo, então esse material que ele antes ia para o aterro ele agora ele é transformado, ele volta para produzir alimentos novamente e também volta, por exemplo, para plantio de árvores. E plantio de árvores você também sequestra carbono, porque aquela árvore vai crescer e além do benefício do composto no solo, que sequestra carbono, você também tem o benefício ambiental do da árvore, que faz com que o carbono seja sequestrado. Na ciclagem de nutrientes e na fertilidade do solo, uma coisa muito importante quando você faz um processo de compostagem é a segregação na origem. Por quê? Porque com qualidade na segregação na origem, você evita de ter a presença de metais pesados e inertes no processo de compostagem. Isso faz com quê? Em duas análises que nós fizemos aqui, que eu estou apresentando para vocês, nós observamos que não há problema de contaminação nesse material final. Isso difere muito da compostagem de resíduos indiferenciados, que nós chamamos. Tem alguns projetos no país que trabalham com compostagem de resíduos indiferenciados, mas esse material, por exemplo, não pode ser utilizado em hortas. Você tem que alocar em aterros sanitários, em área de cobertura de aterros, você pode utilizar para plantio de floresta em alguns casos, mas fica muito restrito. Para nós trabalharmos em área urbana, e como nós temos essa percepção e essa vontade de trabalhar com agricultura urbana no entorno da cidade, é muito importante a segregação do resíduo na origem. Na qualidade do ar. Estima-se que na América Latina a perda de frutas, legumes e verduras gire em torno de níveis acima de 40%. Você tem, além de tudo, o transporte do material que chega aqui na cidade de São Paulo e ele é descartado. Você tem emissão de gás pelos caminhões que trazem algum material para cá e esse material ainda vai ser descartado. Se você ainda levar esse material para o aterro, você tem nova emissão de gases no aterro sanitário. E a questão também do transporte do resíduo que é gerado nas feiras para os aterros. A distância do pátio de compostagem, que ele fica... da Lapa, por exemplo, que ele fica numa região central da Subprefeitura, até o aterro sanitário são de aproximadamente vinte e nove quilômetros. Se o caminhão ele girar, ele rodar no entorno ali só cinco quilômetros para coletar esse resíduo, você tem uma economia também de trânsito e de emissão de resíduos por causa disso. Tem a questão também do sequestro de carbono. O Marco Ricci que ele é da ISWA, em 2016 ele fez uma análise do processo de compostagem realizado no pátio da Lapa e quais foram as conclusões dele em relação a esse processo? Quando você encaminha o material para o aterro sanitário, o resíduo orgânico, ele gera aproximadamente 819,1 quilos de CO₂ equivalente por tonelada, enquanto que o pátio de compostagem 110,3 quilos de CO₂ equivale por tonelada. Isso representa uma redução de 87% nas emissões de gases de efeito estufa, mas se você considerar que esse composto posteriormente ele vai ser aplicado no solo, você tem um novo ganho, porque o composto no solo ele continua sequestrando carbono. Ao final do processo, você tem uma economia líquida de 20,2 quilos de CO₂ equivalente por tonelada. O que que isso mostra para a gente? Quando nós fazemos a compostagem e o composto ele volta para o solo, ao final do processo o ciclo ele é positivo, então você tem sequestro de carbono, você tira o CO₂ que está na atmosfera e você devolve ele para o solo. No lugar de nós perdermos, nós estamos emitindo CO₂, nós começamos a guardar o CO₂ quando você olha o ciclo completo. Até o Storel ele fala bastante disso quando ele vai fazer as palestras dele: como nós podemos começar a trabalhar a questão da compostagem na guarda do carbono, no sequestro de carbono e voltar a acumular o carbono no solo, devolvendo a qualidade ambiental a níveis anteriores à última Revolução Industrial que nós tivemos, onde você teve um aumento de desmatamento muito grande e você teve um número de emissão de CO₂ muito forte na atmosfera. E valores educacionais e culturais. Só no pátio da Lapa, foram cinco projetos de pesquisa de outras entidades, que vieram nos procurar para desenvolver alguns... A ciência sobre a compostagem, o número de visitantes., etc. Até junho de 2018, foram seiscentos e vinte e oito, entre escolas, associações, parcerias e

cursos que foram dados com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente através da UMAPAZ. Se formos visitar lá, conhecer o processo. O trabalho que é feito junto aos feirantes também muda bastante, inclusive a qualidade da feira. Você tem a redução daquela sujeira, como ele trata o resíduo na feira. A feira fica uma feira mais limpa. Você muda também a cabeça do produtor, muitas vezes, que é o próprio feirante. Você insere a compostagem na sociedade novamente, você traz ela à luz das discussões. Isso nós observamos... eu fiz até uma busca no Google e você observa que o tema compostagem, até 2015, ele não gerava dados no Google. O pátio de compostagem ele era considerado irrelevante. A partir de 2015, você passa a ter estatística do Google a respeito de pátio de compostagem em São Paulo. Isso mostra que a população voltou a se interessar sobre o assunto e a percepção da população tem mudado, tanto que nas palestras que nós estamos dando aqui na cidade, nas discussões. Inclusive teve na Câmara de Vereadores teve uma discussão há coisa de três semanas atrás, a sala estava cheia. Tem muita gente buscando informações e querendo realizar essa mudança, essa transformação na cidade, que ela não ocorre... é difícil você mudar de uma forma abrupta. Nós não vamos conseguir partir do nada, como nós estávamos há dois anos atrás, para 20%, mas se nós trabalharmos primeiro o resíduo que a própria Prefeitura gera e cuida, nós vamos estimulando as pessoas a criarem essa consciência novamente e desenvolvendo novos projetos. Acho que nós temos que continuar a crescer em cima da questão da compostagem para que ações maiores venham a se realizar e volumes maiores venham a ser transformados e deixem de ir para os aterros sanitários. A questão do pátio de compostagem e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Eu listei aqui diretamente, eu acho que outros itens podem estar abordados, mas a questão da erradicação da fome ele entra perfeitamente inclusive na pauta que foi mostrada aqui, na questão do Ligando os Pontos, onde você estimula com o composto produzido você devolvendo para a agricultura. Você vai fechando esse ciclo. A questão da saúde de qualidade, a questão da água limpa e saneamento. Por que que eu falo de água limpa e saneamento? Quando o resíduo ele vai para o aterro sanitário também, ele gera o chorume. O material que é compostado nos pátios de compostagem ele trabalha num circuito fechado. A gente chama de percolado quando é compostagem, não de chorume, porque ele é um resíduo considerado limpo. Esse material ele é recirculado nas leiras, ele não contamina o solo; então, você não tem o problema de geração de contaminantes. Esse material é limpo, então você tem a melhoria da qualidade do solo também, porque você não deposita nada no solo e você não manda esse material para o aterro, onde lá no aterro ele vai ser misturado a metais, plásticos e outros elementos, que ele vai gerar algo que é extremamente tóxico para o solo e pode contaminar inclusive lençóis freáticos e dar outros problemas. A questão do consumo responsável e de cidades e comunidades sustentáveis. Com a doação de composto, nós estimulamos que as pessoas tenham nas residências inclusive hortas, trabalhem nas casas a questão de temperos e outras formas. Nós temos uma horta no pátio de compostagem da Lapa, nós temos um viveiro no pátio de compostagem da Lapa onde nós estimulamos que as pessoas também produzam nas suas casas e façam o consumo responsável das mercadorias, na verdade. A questão da vida sobre a terra e de questões climáticas, de mudanças climáticas também, que é muito importante. E a questão da compostagem, com o sequestro, com a redução das emissões de efeito estufa, de gases, também entra nesses Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Como resultado que nós temos efetivos, que nós já fechamos o primeiro ciclo, que foi em julho, foram 3329,5 toneladas de material recebido, entre resíduo de feira e resíduos de poda, e seiscentos e sessenta e três toneladas de composto produzido. Todo esse arcabouço que foi desenvolvido ele serviu para um outro ponto importante: a legislação ambiental que trata de usinas de compostagem ela é de 1978. Você tem o zoneamento para a instalação de usinas de 1978 e com todo esse material que foi produzido de agosto de 2015 até junho de 2018 nos permitiu levar essas informações para a CETESB, para que fosse discutida a instalação desses pátios dentro da área urbana, porque hoje os pátios estão sendo instalados, estão sendo montados, em áreas de entorno da população, coisa que a legislação não permite. Há uma mudança de um paradigma que existia, que o resíduo tem de ser tratado só na periferia da cidade, nos confins da cidade onde não há população, porque você tinha um problema de odor, você gerava um problema com a população que não era bem visto. Nós estamos mudando isso. Isso também é um fator importante. Nós estamos mostrando que é possível tratar o resíduo orgânico próximo da população e isso é um diferencial da cidade de São Paulo e que coloca São Paulo na vanguarda, eu acredito, dentro do cenário não só nacional, mas até mundial do tratamento de resíduos dentro da área urbana, onde a população reside e não levando esse material para fora, numa escala maior. O tema compostagem ele também é abordado no PGIRS. Eu só estou aqui

citando para vocês, para mostrar que diversas ações de compostagem também estão previstas no PGIRS, no período de 2014 até 2033, que vai desde a compostagem doméstica até a realização de tratamento mecânico-biológico em ecoparques. Então, desde pequena escala até escalas maiores de tratamento de resíduos. Também está na meta do Recicla Sampa, que é ampliar a compostagem de resíduos orgânicos de feiras livres. Então, nós conseguiremos atingir até 2020 a totalidade das feiras livres na questão do tratamento do resíduo orgânico. E uma novidade que nós estamos mudando na meta esse ano de 2018 para 2019 é a questão do mercado sustentável. Nós começamos um projeto no Mercado Kinjo Yamato há coisa de dois meses atrás, onde nós estamos fazendo duas coisas diferentes do que nós fazíamos. Uma: nós passamos a segregar os resíduos do Kinjo em três frações, que é um mercado público aonde tem aproximadamente cento e vinte permissionários, e nós estamos fazendo dentro do mercado a mesma coisa que nós estamos realizando nas feiras livres. São Paulo, entre mercados e sacolões, tem trinta e oito unidades. Então, a partir do ano que vem, entra na meta de governo também a coleta e a segregação dos resíduos nessas trinta e oito unidades da cidade de São Paulo. Mas além de nós fazermos a separação, no Kinjo nós estamos retirando o alimento que ainda pode ser consumido. Esse alimento é encaminhado para o Banco de Alimentos, que é uma parceria de AMLURB com a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, onde esse material é levado para o Banco de Alimentos, onde pode ser depois distribuído para ONGs e organizações para ele poder ser reutilizado. Ele vai de acordo com a hierarquia, que é o reaproveitamento alimentar. No Kinjo, além das três frações, que é o seco, o úmido e o rejeito, nós temos o alimento, que também ele é recuperado e ele é reutilizado na alimentação humana. Para vocês terem uma ideia dos dados, no Kinjo nós estamos separando em torno de um tonelada e meia de resíduo orgânico por dia, que vai para o pátio da Sé, a coisa de duzentos metros do Kinjo. Não tem gasto de transporte nenhum para levar o material. Você tem aproximadamente de cem a cento e cinquenta quilos de secos que estão sendo separados e ainda se gera um rejeito de aproximadamente de duas toneladas por dia, mas o trabalho está sendo contínuo para que esse material reduza esse volume que vai para o aterro sanitário. Para finalizar. Quando nós vamos falar de cuidar do resíduo e transformar o resíduo, reciclar o resíduo, você pensa sempre na utilização de tecnologia - é como a Alemanha trabalha, é como o Japão trabalha, é como a Suécia trabalha, é como os Estados Unidos, na Califórnia, têm feito, mas nós temos que entender - eu vejo como trabalhando numa gestão pública - que o dinheiro que nós temos é diferente do dinheiro que eles têm. Então, é muito importante nós sermos criativos, você trabalhar com as tecnologias que são acessíveis no momento para a cidade. Muitas vezes, não adianta você pensar "vamos ter uma área de metanização aqui na cidade de São Paulo". Primeiro, nós temos que avaliar se o custo disso é viável para situações como a nossa da cidade de São Paulo. Segundo alguns autores, só o fato de São Paulo ter uma temperatura mais alta do que alguns lugares na Europa, isso facilita para nós a realização de compostagem, já é um diferencial. Você trabalhar com tecnologias tropicalizadas e passíveis de serem usadas no país pode trazer resultados tão interessantes quanto, respostas tão boas quanto, com os recursos que a cidade tem disponível para trabalhar na gestão do resíduo orgânico e na gestão dos resíduos em geral, acho que também. Eu acho que isso é o fator principal que é abordado por alguns autores, inclusive que os países que a gente chama em desenvolvimento têm que se espelhar no modelo de gestão deles; na questão da segregação do resíduo, que esse é o fator que diferencia a qualidade ou não de um processo de reciclagem do lixo ou do resíduo que nós produzimos, do RSU. Era um pouco do que eu queria passar para vocês. Eu tentei mudar um pouco minha apresentação do que eu tinha feito ali na Câmara uns dias atrás para tentar trazer alguns dados novos, tentar passar um pouco da experiência nova que a gente tem feito lá em AMLURB. E eu queria agradecer também às pessoas que trabalham na questão dos pátios, porque AMLURB ela fica lá centralizada, mas tem, por exemplo, a Cira, que está aqui hoje presente com a gente, que ela atua muito lá no pátio da Lapa e sem esses pontos focais que atuam nos pátios hoje, também a replicação se tornaria muito difícil. É muito importante, porque não é um projeto de AMLURB. Eu acho que é um projeto da cidade, que tem envolvido todas as Secretarias. A Secretaria do Verde plantou no pátio da Mooca, por exemplo, cento e duas árvores agora na inauguração do pátio. Nós estamos trabalhando outras coisas, outras frentes, junto para que um projeto como esse aumente e cresça para a cidade, porque ela merece. É isso. Obrigado gente. *(palmas)*

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Obrigada, Rafael, pela apresentação. Super interessante. Como vocês veem, tem uma escala que é inaudita. É muito pequenininho frente àquilo que a cidade produz, mas trinta toneladas por dia, na perspectiva de cinquenta toneladas por dia,

já é muita coisa. É muito legal o trabalho que vocês fazem. Vou abrir a palavra agora para o plenário, se alguém tem alguma questão, algum comentário a fazer. Andrea.

Andrea Franklin – Andrea, SIURB. Parabéns, Rafael, pela apresentação. Realmente, é um trabalho de formiguinha, mas necessário e dá uma ideia para a gente do desafio que a cidade tem nos próximos anos, para conseguir dar conta de tudo o que a gente ainda precisa tratar. Eu tenho algumas curiosidades em relação a como vocês buscam essas áreas possíveis para a implantação. Imagino que devam ser áreas públicas. E se não são só áreas públicas, se tem alguma parceria com algum outro órgão que possa estar destinando a área para esse tipo de trabalho. Primeiro, porque a gente sabe o quanto é caro o metro quadrado em São Paulo e também o quanto a gente tem áreas públicas mal utilizadas por diversas questões. Pensando aqui um pouco do nosso trabalho lá na SIURB com drenagem e na SP Obras com mobilidade, à medida que a gente vai implantando as nossas obras também de infraestrutura, fico aqui me perguntando se não teria como a gente estar fazendo algum link, porque nós temos diversas - eu sempre falo nas compensações porque a gente sempre tem compensação para pagar, e muitas vezes desapropria áreas e sobram remanescentes em áreas periféricas ou em áreas mais centrais. Como é essa localização dessas áreas para que eventualmente a gente possa pensar aí numa possível, num espelhamento dessas áreas para tentar buscar alternativas dentro dos projetos da Prefeitura? E uma outra questão também é que nas próprias compensações que nós fazemos, a gente tem de comprar muitas vezes na fase da obra material composto para fazer os plantios em grande escala. Isso que a gente produz hoje já é utilizado e ainda falta para poder aplicar nos parques, na parceria com o Verde, ou vocês ficam com um estoque lá que acaba precisando eventualmente doar, né? Pensando mais lá no futuro. A Prefeitura produzindo isso e a própria Prefeitura tendo que gastar dinheiro com essas compras. Como é que a gente poderia articular?

Rafael – Tá. A questão das áreas, nós mapeamos na cidade e dividimos a cidade em lotes e ele é um pouco baseado também na questão de como é que funciona a separação dentro do processo de contratação das empresas que vão fazer a gestão dos resíduos, dos indivisíveis. A cidade é dividida em seis áreas na licitação próxima. Nós dividimos a cidade assim e depois normalmente o processo vai via Subprefeitura. Nós entramos em contato com os Subprefeitos e pedimos que nos mostrem e localizem áreas que podem ser utilizadas para a implantação de pátios. Hoje a gente pede uma área de cinco mil metros quadrados; quatro a cinco mil metros quadrados, de preferência terreno plano. A questão da vizinhança, nós nem estamos muito observando isso, porque os resultados que nós conseguimos até agora nós não tivemos problemas com a questão de vizinhança, mas é uma coisa que é analisada depois. Você tem que falar com os moradores do entorno, você tem que comunicar o CADES da região, tem comunicar jornal do bairro, você tem que fazer entrevista com moradores do entorno para avaliar a viabilidade ou não do projeto. Eu acho ótimo, na verdade, que quanto mais gente estiver envolvida no processo, para nós é perfeito. Nós já fizemos consultas à Secretaria de Licenciamento também, porque tem uma questão do zoneamento da cidade. Demanda um parecer deles para a questão se a área é ou não passível de implementação do pátio de compostagem, mas a forma que nós temos trabalhado é essa. Vai sempre via Subprefeitura. Ela vai indicando os possíveis locais; nós fazemos as vistorias e começamos a observar se tem viabilidade ou não dentro do processo. A segunda pergunta com a questão do composto. Hoje, na verdade, a gente fica negando composto, porque as pessoas pedem mais, nós produzimos muito menos do que a demanda vem. Vem muita demanda de Secretarias, vem muita demanda de Subprefeituras, demanda de ONGs, demandas de escolas, demanda de moradores, e hoje, realmente, o volume ainda é pequeno. Para vocês terem uma ideia, até olhando para um cenário nacional, se nós compostássemos todo o RSU produzido, nós não atendemos à totalidade da demanda nacional para fertilizantes organomineral. Isso é um paradigma que tem na questão se nós vamos dar conta. Se nós fizermos uma conta, só com resíduos de feira, por exemplo, que nós estamos trabalhando. Se nós fechássemos todos os pátios e compostássemos todo o material que nós geramos de feira livre e poda de árvore, você atende à agricultura da cidade, você atende todo o plantio de árvores da cidade, você atende todas as reformas de praças que são feitas, todas as obras, e ainda faltaria composto. Você teria que buscar uma demanda ainda maior, que é o que a gente espera mais para a frente, que é juntar o resíduo de grande gerador e o resíduo domiciliar, né? Para você atender esse mercado, mas a demanda é muito maior do que a produção.

Antônio Gimenes – (Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes) - Rafael, parabéns pela iniciativa. Uma pergunta rápida. Do momento em que o resíduo é colocado na leira até o composto

estar pronto, quanto tempo normalmente se passa? E quais são as variáveis que interferem na cura do material?

Rafael – O gráfico que eu mostrei para vocês até é um gráfico que tem, se não me engano, vinte e seis, vinte e poucas alimentações e ele durou seis, sete meses. Mas, quando você entra num sistema de operação normal, a gente retira em média esse material em quatro meses. Como é que funciona um processo de uma leira? O FLV que entra ele vai para a leira e vai junto um resíduo de poda. O que atua num processo de decomposição é, basicamente, fungos, bactérias e a actinomicetos, que são outros elementos. Você tem numa fase inicial de um processo de compostagem, você degrada aquele material que é mais simples, que é proteínas, aminoácidos, e, numa segunda etapa, você vai começar a degradar gordura e degradar a lignina, desculpe, celulose e a m-celulose. Lignina é aquele material mais complicado de degradar, que é aquilo de que é formada as árvores. Dentro desse processo até o final, por isso que demora quatro meses, porque a gente quer que degrade inclusive o material das árvores, para que chegue no final você tenha uma qualidade de um composto bom. Depois dessa fase que você tem as bactérias e os fungos agindo, no final você começa a ver também insetos maiores nessas leiras, que são tesourinhas, você vai ter piolho de cobra. Você vai ter outros materiais que vão continuar degradando esse processo e, portanto, no final, quando nós entregamos o composto, a gente fala que é um material vivo. Esse material vai ser utilizado e ele enriquece o solo também com a biologia que é necessária. Quais são os entraves num processo de compostagem? Olhando assim, você fala “é só botar o material lá, aquilo vai virar composto em quatro meses”. Não; dentro do projeto que chegou na cidade. Essa técnica que a gente usa aqui ela foi desenvolvida pelo Professor Henrique Miller, pela Universidade Federal de Santa Catarina, coisa de vinte anos atrás para trabalhar o resíduo do refeitório da Federal de Santa Catarina. Quando ele saiu de um projeto que era trabalhado lá em Santa Catarina de menor escala, de coisa de quilos, trezentos quilos por dia, quinhentos quilos, e veio para trabalhar numa escala maior na cidade de São Paulo, essa fase do projeto piloto teve um monte de alterações, desde como é feita a alimentação, a proporção do material que a gente chama de estruturante, que é o resíduo de poda, com o orgânico. Então, tudo isso, quando você vai fazendo a alimentação, tem que fazer com que a temperatura suba. O fator principal que a gente fala no processo, a temperatura durante o período de compostagem tem de estar acima de quarenta e cinco graus. O ideal é que fique entre cinquenta e cinco e sessenta e cinco graus. Por quê? Porque isso mostra que o processo está acontecendo e que o material está sendo degradado em temperaturas altas e permite a sanitização dele. Uma coisa que não pode acontecer e que é um problema, é, se você não tem uma boa segregação, por exemplo, você vai levar muito plástico, por exemplo, para uma leira de compostagem. Esse plástico pode envolver a matéria orgânica, que não vai degradar e, como não degrada, também tem ausência de oxigênio. E ausência de oxigênio vai gerar o odor, vai entrar e a gente chama anaerobiose, vai começar a ter cheiro. Cheiro vai gerar problema com vizinho e problema com vizinho acaba com qualquer projeto de resíduo orgânico na cidade, em área urbana. A tecla que eu bato é que não pode ter problema com odor um projeto de compostagem em área urbana. Para mim, é um fator limitante e onde a gente toma mais cuidado para que não ocorra. Mas você tem que ter uma segregação muito boa e quem opera o pátio tem de ser funcionário treinado. É feito um treinamento contínuo; normalmente, as pessoas que operam elas estão já no processo há mais de um ano, porque elas têm que ser treinadas continuamente, para elas terem a percepção de quando elas fazem a alimentação da leira se tem algo errado para que a gente faça a correção, se for necessária.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Ricardo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Em atenção à questão das emissões. O trabalho ali foi no pátio da Lapa? Quantas toneladas para emitir oitocentos quilos?

Rafael – A base de cálculo do Marco Ricci ele foi baseado no material que iria para o aterro.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Ou seja, no aterro vai oitocentos e quando você composta você vai com cento e trinta. É isso? Ou seja, você emite oito vezes mais.

Rafael - É isso, quando você encaminha para o aterro; ou quando ele vai para o aterro, que ele se mistura. A ideia nossa, não sei se pode vir com a parceria com a Secretaria do Verde ou o próprio ICLEI, era que nós fizéssemos a medição *in loco*. Isso era um desejo que nós temos. Nós chegamos até a conversar com o pessoal do **GIS**. Eu sei que o ICLEI tem uma parceria com a UNINOVE

Também, que tem o curso de mestrado tanto em gestão como cidades inteligentes. É algo que pode ser pensado porque eu acredito que nós temos uma ausência de dados incrível. E eu acho até um pouco especulativo, da experimentação, seria fundamental para você quantificar realmente isso, porque o pátio de compostagem, além do serviço ambiental que ele presta, ele pode gerar recursos para a Prefeitura. Você pode trabalhar com crédito de carbono. É uma possibilidade. Você conseguindo enumerar com qualidade e com segurança esse volume que você deixa de emitir, eu acredito que nós damos mais robustez ao projeto que está em desenvolvimento.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Olímpio.

Eng. Olímpio Alvarez – Parabéns pelo trabalho; muito interessante e muito benéfico para a sociedade, principalmente com a perspectiva de aumentar a escala. Eu queria perguntar uma coisa. Eu vi um slide ali que tinha uma bombinha de combustível, que seria uma das possibilidades de aproveitamento do resíduo. Existe algum trabalho de vocês ou alguma intenção de produzir combustível a partir desse material orgânico que vocês coletam na cidade?

Rafael - Se você pegar o PGIRS, dentro do leque que ele abrange na questão do tratamento de resíduo orgânico, uma das possibilidades é a questão de você realizar o que a gente chama de metanização. Que vem a ser o quê? Você coletar o resíduo orgânico e você coletar o metano que é gerado nesse processo. Você não faz uma compostagem, você faz um outro tipo de tratamento e onde você recolhe esse metano e você utiliza ele como energia. Tem estudos. Na verdade, a AMLURB conversa, tem conversado sobre a possibilidade de mais para a frente. Aí, é um projeto maior. Você tem que trabalhar com uma escala bem maior para você ter viabilidade econômica, mas existe essa possibilidade também. Está previsto no PGIRS e tem um grupo de estudos lá que trabalha e atua numa das possibilidades de você também produzir energia utilizando resíduo. Não na queima; na coleta do metano. Depois que você faz o processo de metanização, que a gente chama, se você utilizar nesse processo um resíduo de segregado, posteriormente ele pode ser compostado e ele também vai ser utilizado, então você não tem a perda do material. Simplesmente você insere uma etapa no processo, onde você faz a coleta do gás.

Eng. Olímpio Alvarez - Só como complemento, na Europa, principalmente na Alemanha, na Finlândia e na Inglaterra, os cientistas e até já, em nível agora operacional, estão produzindo um diesel verde, com a mesmas características físico-químicas do diesel, sem os problemas que o diesel tem de impureza etc., uma molécula mais estável etc. a partir de produto orgânico, de poda e tudo que é produto orgânico que você pode imaginar, desde que ele seja bem separado, como você falou, para não entrar impurezas etc. E isso está gerando um diesel que eles chamam de HVO. É um hidrocarboneto hydrogenado. E isso está sendo produzido lá, tem cidades inteiras já na Finlândia rodando toda a frota a diesel com esse diesel verde, que seria como um diesel renovável que não gera gás de efeito estufa. E eles fazem um trabalho interessante lá de coleta de todo esse material orgânico nas cidades e agrícola etc. Eu queria saber se vocês - porque tem um grupo aqui no Brasil trabalhando em cima desse projeto – eu queria saber se vocês estariam abertos a uma conversa com eles para eventual parceria futura aí nesse projeto.

Rafael – Na verdade, aberto nós sempre estamos porque se tem uma coisa que o Poder Público não detém é o conhecimento. As ideias e as boas ideias normalmente partem de fora e cabe a nós, na verdade, aproveitá-las. Acho que se você tiver um contato e quiser entrar em contato com a gente, a gente está sempre aberto para ouvir e conhecer e buscar possibilidades que podem ser trabalhadas.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Obrigada. Duas pessoas que não são membros do Comitê pediram a palavra, então nós vamos abrir e eu vou pedir que vocês falem os dois e, aí, você responde, mesmo porque já estamos nos aproximando do horário de término. E, aí, vou pedir que você venha até o microfone. Você que pediu a palavra. Identifique-se e fale, que a gente grava tudo.

Altair Damasceno – e represento aqui uma ONG e trabalhamos num projeto de revitalização de uma ferrovia e também dentro desse contexto de recuperação da ferrovia Perus – Pirapora, aqui entre Caieiras e Franco da Rocha. Além desse projeto de revitalização de ferrovia, nós temos um projeto de implantação de um arranjo produtivo Bom dia a todos. Parabênzoo aí pela palestra, Rafael. E tenho algumas considerações a fazer com relação a resíduo local, que é contemplado na Lei 12.305: a implantação de arranjos produtivos. Mas, o que eu queria falar propriamente é com relação à nossa cultura de aterro sanitário, que está longe de ser uma solução ambiental. Não é

uma solução econômica e que é inacreditável que ainda continuamos a enterrar resíduos orgânicos, gerando chorume e biogás. Só para ter uma ideia, a Folha de São Paulo em 2012 ela trouxe uma reportagem dizendo que o aterro de Nova York se faz compostagem no aterro de Nova York. Nós temos que parar para pensar e tentar mudar esses paradigmas que só complicam o setor de resíduos. Se o aterro de Nova York pode fazer compostagem é porque é viável para eles e pode ser para nós também. Os aterros que já chegaram no limite de recebimento também podem se transformar numa área de compostagem de resíduos orgânicos. As áreas degradadas também podem ser recuperadas e servidas como áreas de compostagem. A solução para os nossos resíduos orgânicos, Brasil afora, é compostagem, até porque a compostagem pode gerar receita. Através da compostagem, eu posso fabricar o fertilizante, condicionador de solo, um corretivo de PH do solo. Enfim, com a compostagem nós estamos incrementando o programa PRONAF, o programa da família. A nossa vocação, a vocação do Brasil, é ser um país de agricultura; então, temos de pegar esse exemplo da AMLURB e difundir essa metodologia, essa tecnologia para o Brasil afora porque os aterros sanitários na Grande São Paulo são áreas que estão inviáveis. O desafio é a mudança da tecnologia para se ter um aproveitamento melhor dessas áreas que são recuperadas.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Deodoro, por favor. Microfone. Um esforço de síntese, por favor.

Deodoro – Bom dia, ainda. Eu sou da Secretaria do Verde, Departamento de Planejamento Ambiental, Deodoro. Eu queria parabenizar o Rafael por esse enfrentamento técnico da legislação e tal, ganhando espaço. É muito difícil; eu cheguei a viver essa coisa da compostagem e sei que é muito difícil. Então, estou parabenizando por isso. Colocar à disposição do Secretário a questão de eu estar coordenando o Grupo de Produção Mais Limpa e Resíduos, aqui atrelado ao Comitê, e coloco à disposição para a questão do inventário; precisava até de mais detalhes de como a gente pode colaborar nesse sentido. E para o Rafael eu queria fazer uma questão sobre o quanto... a gente sabe que se gasta muito com resíduos em São Paulo e quanto esse trabalho de formiguinha ele vai um dia refletir nessa economia de custos com a limpeza pública. E com o nosso colega aqui dos Transportes a gente tem já o metano dos aterros sendo recuperado, em alguns aterros, acho que o aterro lá, fora de São Paulo, de Caieiras e São Mateus também, São Mateus não, Aterro São João (*voz ao fundo*), e tem o aproveitamento do gás metano que é produzido na anaerobiose do aterro sanitário e isso não sei se tem a ver com o questionamento que ele fez de aproveitar energeticamente. Só que foge ao sistema de compostagem porque é um projeto anaeróbio. E eu queria que você falasse sobre os custos e o que isso pode ajudar nesse sentido, por favor.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Patrícia se habilitou depois, mas estamos encerrando com a Patrícia. No microfone, por favor.

Patrícia – Bom dia, parabenizar pela apresentação. A minha dúvida era também com relação a custo. Patrícia, eu faço parte do Comitê de Recursos Hídricos. Era com relação a custo e o número de pessoas envolvidas dentro desse processo,

Rafael – Eu acho que os custos, na verdade, você quer, que fala dos custos de implantação, acredito. E você do custo do processo, como ele vai ajudar na composição de preços, acredito, no futuro dos contratos na cidade. E o do Senhor, os benefícios e por que que a compostagem não é implantada numa escala geral. Se você pegar as melhores cidades da Alemanha e você observar mais desenvolvidas e fazem compostagem doméstica, o nível de compostagem doméstica não passa de 5%. A questão do trabalho que tem que ser realizado com a população para que a compostagem e a segregação atinjam a massa da população realmente é um trabalho muito grande. Os casos de sucesso, que eu falo: “a gente não está aqui... minha ideia não é nunca inventar a roda”. Simplesmente eu tento ler o que foi feito de bem-sucedido no mundo e tento... A ideia nossa em AMLURB é copiar as ideias boas para que elas fossem replicadas. E todas elas partem do princípio que primeiro a gestão pública deve cuidar do seu resíduo. Enquanto a Prefeitura não cuidar do resíduo dela, vai ser muito difícil de você replicar isso. Você trabalhar com a educação nas escolas, porque eu acho um pouco mais difícil você mudar um modelo que já opera e que as pessoas estão habituadas a isso. E depois, numa segunda etapa, você trabalhar com grande gerador. Grande gerador é mais fácil de você conseguir executar a mudança porque você muitas vezes força isso com leis; e, na terceira etapa, que eu acho que entra mesmo a questão da população e do lixo domiciliar. Eu acredito que a mudança vai ocorrer em três fases. E eu creio e

ela tem tudo para ocorrer, mas pelo que a gente observa no mundo, um tema que é bem polêmico, isso tem um custo e a coleta de resíduos – isso é a minha opinião pessoal, não falo como AMLURB agora –, ela tem que ser como uma cobrança de energia e como é feita a cobrança de água, porque isso é um custo individual. E a pessoa, enquanto ela não tiver a consciência e ela não saber quanto custa a disposição do resíduo para a cidade, vai ser muito difícil você promover uma mudança, porque se esse custo for imperceptível para ela... quando você teve o problema da questão da crise da água ou das crises energéticas, você teve aumento do consumo, o que que as pessoas fazem? Elas reduzem o consumo porque elas querem economizar. A partir do momento que você não imputa isso na vida da pessoa, a questão do resíduo... se ela gera, se ela tem um limite de colocar cinquenta quilos, dois sacos na rua ou um saco só, para ela tem o mesmo custo, ela não vai parar para pensar em nenhum momento. Não entra nas prioridades da vida dela você gerar menos resíduo, porque não te onera, você já está pagando por isso. Eu imagino que as pessoas, para ter uma mudança na sociedade e na questão principalmente do domiciliar, vai ter que ter uma mudança também na forma como nós tratamos a questão da disposição e como isso é monetarizado, como é feito pelo IPTU. Eu acredito que a pessoa imputa num custo que para ela vale tudo. E eu acho que vai ser difícil a mudança se você não fizer isso de uma forma diferente, como todos os países que tiveram sucesso fizeram. Eu desconheço um país que teve um programa de tratamento e segregação bem-sucedido que não trabalhou também nesse ponto, nesse quesito. Eu acho que isso é um fator fundamental na questão do resíduo. E é muito importante que se faça mesmo. A minha vida é trabalhar com resíduo e com compostagem, então eu sou o maior defensor de que haja uma mudança de pensamento, uma mudança na forma como as coisas são feitas. E eu acredito que os aterros foram os mais utilizados por questões econômicas, sim, porque você não pode pegar o pensamento que está hoje e você jogar ele para vinte anos atrás, trinta anos atrás e utilizar as mesmas referências. Lá atrás, eu imagino que era uma boa ideia. Era melhor que o lixo; então, você deu um passo. Agora, nós estamos dando um novo passo. Eu não posso criticar ações do passado baseado nas ideias e na pesquisa atual. Eu tenho que tentar enxergar um pouco como era lá atrás. E as ações que foram tomadas, eu acredito que foram certas, porque São Paulo foi uma das primeiras cidades do país, se não foi a primeira, a não ter lixões. Então, você deu um passo adiante e agora nós estamos dando outro passo adiante. E demanda mudanças. Por isso que eu entendo que nós estamos caminhando, não no ritmo que às vezes a gente gostaria, mas na direção correta. Eu acho que isso é importante. A questão dos custos... entrando nessa linha de pensamento, a questão se você conseguir fazer a segregação do resíduo, você tem uma redução de custo final, talvez, um custo, inclusive, nas concessões de serviços públicos da limpeza, mas eu acredito que dentro do sistema, enquanto ele for coletado sem a segregação, dificilmente você vai ter um desconto ou você vai ter um ganho perceptível no final de um contrato, porque se você não tem segregação, o material, por mais que ele seja tratado lá no final, ele nunca vai ser um produto de boa qualidade. Comercialmente, você não vai ter valor agregado nele, por isso é que eu entendo que os processos de segregação na origem, você começar a trabalhar mesmo o material fracionado para que você gere um mercado de economia circular tanto para os resíduos secos como para o resíduo orgânico e você disponha apenas o rejeito - ou você vai utilizar um aterro ou vai incinerar esse material, você vai dar alguma destinação. Mas tem que haver algum tipo de segregação para que no final ele financeiramente o processo seja mais rentável e traga, inclusive, benefícios para a cidade. E para montar um pátio. Hoje, os pátios nossos a gente trabalha em torno... são três funcionários, três a quatro funcionários que operam o dia a dia do pátio, mais um *bobcat* ou uma retro por um período de duas horas por dia, que é necessário para o pátio operar. O custo de implantação de um pátio, se você for pegar sem o custo de... se você tiver que cercar o pátio, você tiver que cimentar, só o custo de implantação do básico, se você for pensar em fazer uma área dessas, eu acredito que gira em torno de duzentos a trezentos mil reais. Vai ficar nessa faixa, sem as melhorias que sejam necessárias, como edificações novas, esse tipo de coisa. Só o custo básico de implantação. Eu entendo que é um custo relativamente baixo, se você for pensar em replicar isso em cidades até cinquenta mil habitantes. Ele é algo perfeitamente viável, que pode ser trabalhado, inclusive, com funcionários que já atuam na casa. Não necessita de uma tecnologia muito fora. Você não tem que trazer nada muito diferente, apenas treinamento. Então, você tem que trabalhar mesmo a questão do treinamento da pessoa que vai operar o modelo e eu acredito que em quatro a seis meses uma cidade toca sozinha. Acho que é por aí.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Ok. Obrigada. Eu queria fazer um comentário, que é o seguinte: a gente sempre pensa em mudança do clima, aquecimento global, efeito estufa,

principalmente na questão da queima de combustíveis, que põe os carbonos todos voando na atmosfera. E eu acho genial porque a compostagem tem a rara capacidade de trazer os carbonos pela fotossíntese, tirar da atmosfera, vem para a biomassa, que vai virar resíduo orgânico, que volta para o solo através da compostagem. A capacidade que a compostagem tem de sequestrar o carbono é algo inacreditável, porque sete bilhões de pessoas no planeta estão comendo. Estão comendo um carboninho que saiu lá de dentro do solo e a compostagem traz de volta para o solo esses mesmos carbonos. Então, é uma atividade que eu acho heroica, que a gente precisa mesmo ampliar como forma de melhorar, vamos dizer assim, de mitigar não só a emissão direta, mas a capacidade de trazer o carbono orgânico para o solo. Bom, Ricardo, quer falar alguma coisa?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Eu até ia fazer uma pergunta para o ICLEI neste contexto os resultados do Observatório, das emissões de São Paulo, são vinte milhões de toneladas. Muito bem. Isto estão afetos à energia. O componente (*vozes ao fundo*) não, não, é resíduos e emissão de transporte. Energia no transporte e resíduos. Você lembra o número de resíduos? É porque a gente está falando de uma tonelada de resíduo orgânico está gerando oitocentos quilos. É isso? Eu fiz um cálculo aqui. Dá nove mil toneladas (*vozes*). Não, não, desculpe, não precisa tomar esse tempo, essa reflexão, mas da estratégia que a gente pode estar... Que a gente produz quase meio quilo de resíduo orgânico por habitante, por dia em São Paulo. É isso, hein Rafael? É meio quilo de resíduo orgânico por habitante/dia; é isso?

Rafael - É. A média, sim. Eu diria até que depende. Eu sempre falo assim: o que você gera depende do bairro que você mora.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Não, tudo bem, mas assim...

Rafael - É meio quilo.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Se a gente está com doze mil/dia. É isso? (Rafael: É meio quilo) Meio quilo, né?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – É oito vezes. Então, a estratégia é oito vezes menos. Se a gente está falando que a gente gera doze mil por dia, são seis mil quilos de orgânico. É isso? Seis mil toneladas?

Rafael – Nós geramos dezoito mil.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Não. Eu estou fazendo essa reflexão.

Rafael – Nós geramos dezoito mil por dia.

Igor (ICLEI) – Nós não chegamos a discutir nessa questão de resíduos. A gente só apresentou os dados gerais, mas na disposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos e também incineração, mas a parte de compostagem a gente não vai tratar nesse momento, mas nos estudos de caso que temos preparado com a UNINOVE, como o Rafael colocou, para o relatório analítico que vai ser lançado em janeiro ou fevereiro, se não me engano. É a segunda parte do SEEG. A gente vai pegar esses dados e agora a gente vai fazer as análises com os Grupos de Trabalho do projeto.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Só para...

Igor – (ICLEI) – Resíduos, só corrigir aqui, resíduos em São Paulo, primeiro vem energia, com cerca de catorze milhões, aí seguido, que aí inclui energia, transporte, consumo de energia e transporte e resíduos, com cinco milhões. É o segundo setor. Cinco milhões, duzentos e oitenta e dois mil, oitocentos e seis toneladas de carbono equivalente.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) - Ok. Bom, Rafael, suas últimas declarações, se houver.

Rafael – Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade. A AMLURB está sempre aberta a todos os que tiverem alguma ideia, a todos que tiverem algum... quiser fazer algum tipo de parceria. Eu acho que o tema ele está muito na mídia, está todo mundo querendo saber mais, todo mundo querendo participar e muita coisa a gente não sabe. Todo mundo que tiver alguma coisa nova, alguma informação para trazer, algo para nós podermos progredir no processo, por favor, entrem em contato. Tudo o que nós queremos lá mesmo é trazer as pessoas para junto para que o processo ganhe mais corpo e nós consigamos atingir números maiores e melhores na questão do manejo,

não só do resíduo orgânico, mas dos demais resíduos aqui na cidade. E muito obrigado pela presença de vocês e mais uma vez pelo convite.

Laura Ceneviva (Secretária Executiva) – Bom. O último ponto de pauta nosso é a pergunta se há sugestões de outras pautas; alguém tem? Não? Não impede que sempre mandem sugestões de pauta para a gente. Somos muito interessados nas opiniões de vocês todos. Muito obrigada pela presença, e está encerrada a reunião.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Não, eu esqueci que é a última reunião e aí, em cima disso, a gente precisa também agradecer e desejar que todos tenham aí um bom Natal e um 2019 com bastante sucesso. E lembrando do que a gente colocou aqui para o nosso Comitê. Nós temos já duas tarefas, produtos do Comitê que a gente vai esperar que haja a contribuição de todos. Essa questão do inventário e também na questão do Plano de Ação. Então é isso. Obrigado a todos!

Lista de presença da 68.^a Reunião do CMMCE em 27/11/2018

Membros do Comitê presentes:

Olimpio Álvares – ANTP

Igor Albuquerque – ICLEI

Andréa Franklin Vieira – SIURB

Tamara Burg – SMTE

Luiz Ricardo Viegas – SVMA

Laura Ceneviva – SVMA – CMMCE SP

Antonio Gimenez – SMT

Membros do Comitê presentes por representação:

Rita Ogera – SMUL

Rafael Carvalho de Moraes – Secretaria da Fazenda

Monica Masumi Hosaka – Secretaria da Saúde

Outros interessados presentes:

Débora Cristina Santos Diogo – SVMA – CMMCE

Sônia M. V. Coutinho – IEA – USP

Roberta de Almeida Soares – COVISA – SMS

Cibele Sasso – COVISA – SMS

Ana Carolina Oliveira – COVISA SMS

Marta Emerich – CETESB

Deodoro Vaz – SVMA - DEPLAN

Luzia Helena Barros – SVMA – Depave 8

Lúcia Noemia Simoni – SVMA – Deplan 1

Fábio Pedó – SVMA - Decont 21

Jane Zilda Ramires – SVMA – DGD Norte

Cyra Malta – PMSP - Sub Lapa

Natacha Nogueira – FIESP

Patrícia Vaz Ferreira – Mapa Soluções

Ary Freire de Oliveira – Ananguera

Rafael Santos Saraiva – FMU

Altair Damasceno – EFPP

Wilma Xavier Santos – SP Trans – Gerência Meio Ambiente

Edmilson Gonçalves – Associação Paulista de Gestores Ambiente

Ademir Villatoro – SMUL – Vital Strategies